



**PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

TJPE  
FLS. 135  
JRE

**Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento Nº 242679-9 – Recife/PE**

Agravante: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE.

Advogado: Flavio de Queiroz B. Cavalcanti OABPE 10923.

Agravada: Izabel Marinho de Espindola.

Advogado: Joselma Ferreira Borba OABPE 18962.

**2ª CÂMARA CÍVEL**

**EMENTA:** DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM PEDIDO DECLARATÓRIO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, COM PEDIDO INDENIZATÓRIO E COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. CONCESSÃO DA LIMINAR. ABSTENÇÃO DE SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E DE ATO CONSTRITIVO DE CRÉDITO, SOB PENA DE MULTA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. FATURA DE DÉBITO UNILATERALMENTE ARBITRADO PELA CONCESSIONÁRIA, CUJO VALOR EFETIVAMENTE DEVIDO DEMANDA PRÉVIO ACERTAMENTO PERANTE O JUÍZO NATURAL DA CAUSA. PROVIMENTO JUDICIAL QUE ENCONTRA LASTRO NA LEGISLAÇÃO CONSUMERISTA E NO VERBETE Nº 13 DA SÚMULA DE JURISPRUDÊNCIA DA CORTE. LIMINAR INDEFERIDA E RECURSO DESPROVIDO MONOCRATICAMENTE. RECURSO DE AGRAVO DESPROVIDO COM BASE NOS MESMOS FUNDAMENTOS. DECISÃO UNÂNIME.

**DECISÃO:** "À unanimidade de votos negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do des. relator".

Sessão realizada em 21 de maio de 2014.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento Nº 242679-9**, em que figura como agravante a Companhia Energética de Pernambuco - CELPE, e como agravada, Izabel Marinho de Espindola, **ACORDAM** os Desembargadores integrantes da Segunda Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em conhecer o recurso de agravo e rejeitá-lo, nos termos do voto do relator e do termo de julgamento anexos, que integram o presente aresto.

Recife, 1º de julho de 2014.

*Assinatura de Des. Adalberto de Oliveira Melo*

**Des. Adalberto de Oliveira Melo  
RELATOR**



129  
M

**PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO**

**Recurso de Agravo no Agravo de Instrumento Nº 242679-9 – Recife/PE**

Agravante: Companhia Energética de Pernambuco - CELPE.

Advogado: Flavio de Queiroz B. Cavalcanti OABPE 10923.

Agravada: Izabel Marinho de Espindola.

Advogado: Joselma Ferreira Borba OABPE 18962.

**2ª CÂMARA CÍVEL**

**RELATÓRIO**

Cuida-se de recurso de agravo em face de decisão terminativa monocrática que negou provimento ao agravo de instrumento prévio, mantendo a decisão que antecipou os efeitos da tutela vindicada na ação obrigacional com pedido indenizatório originária (nº 0046514-14.2010.8.17.0001), que impôs à ora agravante a abstenção de ato destinado a restringir o crédito da agravada na praça, e de suspender o fornecimento de energia elétrica no imóvel desta, por falta e pagamento da fatura com vencimento em 10/06/2010, sob pena de multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), sem prejuízo de outras sanções, até decisão ulterior.

Nas razões de fls. 107/122 a entidade agravante alega a "impossibilidade de negativa monocrática de provimento – Necessidade de apreciação da apelação pela colenda 2ª Câmara Cível"; a ausência de ato ilícito por ela comentido, a justificar o provimento antecipatório e a sua posterior manutenção; que a cobrança da fatura no valor de R\$ 2.768,45 (dois mil, setecentos e sessenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), é legítima posto que emitida em razão de irregularidades constatadas no medidor da unidade consumidora acima referida; que comprovadas aquelas irregularidades afasta-se a incidência do verbete nº 13, da súmula de jurisprudência desta Corte, e que a manutenção da decisão agravada constitui fomento à inadimplência, em prejuízo de toda a coletividade.

Pugna pela retratação da decisão agravada ou pelo provimento do recurso em julgamento colegiado, visando afastar os efeitos da decisão desafiada no instrumental.

É o relatório. ↗

130  
M

## VOTO

Início registrando que ao contrário do que afirmou o agravante, a decisão monocrática agravada não foi proferida em sede de apelação, mas no bojo do agravo de instrumento prévio, que como dito no relatório, desafia a decisão interlocutória proferida pelo juízo natural da ação obrigacional com pedido indenizatório de origem, que impôs à ora agravante a abstenção de restrição creditícia e de suspensão do fornecimento de energia elétrica em desfavor da agravada, por falta de pagamento da fatura com vencimento em 10/06/2010, até decisão ulterior do juízo.

E visando a melhor compreensão da controvérsia devolvida ao conhecimento do colegiado no caso concreto, transcrevo o teor da decisão agravada, no essencial.

**"Trata-se de agravo de instrumento em face de decisão antecipatória dos efeitos da tutela proferida nos autos da ação obrigacional com pedido indenizatório de origem (feito tombado sob o nº 0046514-14.2010.8.17.0001), que impôs à ora agravante a abstenção de ato destinado a restringir o crédito da agravada na praça, e de suspensão do fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora da agravada, por falta de pagamento da fatura com vencimento em 10/06/2010, sob pena de pagar multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), sem prejuízo de outras sanções. Nas razões de fls. 03/13 a entidade agravante alega, em síntese, que a referida fatura, no valor de R\$ 2.768,45 (dois mil, setecentos e sessenta e oito reais e quarenta e cinco centavos), é legítima posto que emitida em razão de irregularidades constatadas no medidor da unidade consumidora acima referida, que afetaria diretamente a capacidade de aferição do consumo real de energia; que o processo administrativo levado a efeito para o cálculo do consumo naquela unidade encontra lastro na Resolução nº 456/2000 da ANEEL, e que as inspeções periódicas nas unidades consumidoras são realizadas por técnicos capacitados e têm natureza jurídica de atividade estatal, sendo, portanto, presumidamente legítimas. Aduz ainda, que não se trata de mera suspeita de fraude, mas de irregularidade na medição do consumo efetivamente constatada; que não tem o dever de fornecer energia elétrica a consumidores inadimplentes, e que não se encontram presentes os requisitos para a concessão da tutela postulada. Pugna pela concessão de efeito excepcional ao recurso visando à suspensão da decisão agravada e, no mérito, pelo provimento do recurso visando obter a reforma definitiva dessa decisão.(...) Consta dos autos que a autora ora agravada propôs a ação originária aduzindo que em 06/04/2009, quando retornou da casa da sua filha, onde teria estado por dois dias, percebeu que o medidor de energia localizado no muro da sua residência se encontrava queimado. A agravada contatou o serviço de atendimento ao cliente (0800) da CELPE, tendo sido aconselhada a providenciar**

4

um boletim de ocorrência, para posterior substituição do medidor. No mesmo dia em que retornou à sua casa a agravada providenciou o boletim de ocorrência (fl. 41), porém, a concessionária somente promoveu a substituição do medidor em 12/01/2010, ocasião em que foi à residência da agravada e lavrou o termo de ocorrência de irregularidade, por suposta ligação direta, conforme consta dos documentos de fls. 43/44 dos autos. Em março 23/03/2010 e 14/07/2010 a concessionária agravante enviou carta e faturas de cobrança à agravada, imputando-lhe o débito acima referido, conforme consta dos documentos de fls. 44/46. Ocorre que de acordo com as cópias das faturas de consumo de fls. 47/69, o consumo mensal de energia da unidade consumidora da agravada nunca atingiu a quantia de R\$ 100,00 (cem reais), de modo que não se afigura verossímil que a agravada tenha consumido a energia cobrada na fatura em comento, posto que, dividindo-se o valor da fatura em exame (R\$ 2.768,45) pelos nove meses em que a agravada teria consumido energia sem a devida mensuração, ou seja, de abril/2009 a dezembro/2009, chega-se a um valor mensal de consumo de energia superior à R\$ 300,00 (trezentos reais). Nesse rumo, entendo que a suspensão do fornecimento do serviço essencial em prejuízo de agravada, por inadimplemento de fatura cujo valor exorbita o razoável e demanda accertamento esmiuçado perante o juiz natural da causa, configura, na espécie, risco de dano inverso e em prejuízo da consumidora, que por força de lei é presumida como a parte mais vulnerável da relação contratual, em favor de quem o judiciário deve prevenir toda sorte de dano potencialmente decorrente dessa relação, por força das normas de ordem pública ínsitas nos arts. 1º, 4º, I, e 6º, VI, da Lei nº 8.078/90. Ademais, este Corte sumulou a matéria em exame no Verbete nº 13 da Súmula e jurisprudência doméstica, segundo o qual, *"é abusiva a suspensão do fornecimento de energia elétrica, quando motivada pelo inadimplemento de débito unilateralmente arbitrado pela concessionária, pelo critério de estimativa de carga, após a constatação de suspeita de fraude"*. Com estas considerações, indefiro a liminar vindicada e, no mérito, nego provimento ao instrumental em razão do confronto do recurso com a jurisprudência sumulada desta Corte, o que faço com arrimo no art. 557, caput, do CPC. Comunique-se ao juiz da causa o teor desta decisão e arquivem-se os autos após o trânsito em julgado. Publique-se e cumpra-se. Recife, 29 de novembro de 2013. Des. Adalberto de Oliveira Melo. Relator" N3A  
M

No bojo da decisão ora agravada restou assentando que o valor cobrado exorbita em muito os valores cobrados da consumidora agravada antes do incidente havido no medidor de consumo, de modo que o valor efetivamente devido demanda prévio accertamento perante o juízo de origem, que detém a primazia do conhecimento aprofundado e exauriente acerca de todas as circunstâncias do caso concreto, não se afigurando razoável permitir a suspensão do fornecimento de energia e a constrição creditícia prematura em desfavor da consumidora agravada, seja em razão da essencialidade do serviço, seja por contrariar o entendimento sumulado desta Corte sobre o tema de fundo, ou por constituir negativa de vigência às

normas de ordem pública contidas na legislação de consumo e referidas na decisão fustigada.

Com estas considerações, nego provimento ao recurso.

É como voto.

*Des. Adalberto de Oliveira - mel*

**Des. Adalberto de Oliveira Melo**

**RELATOR**

132  
M